



Anais da Assembléia

N.º 142

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 122.ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Taraves, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Wener Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de votação da Redação Final para os Projetos de Resolução que tratam de convênios e aprovados em 3.ª Discussão na sessão de hoje, sem emendas.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1982.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expediente ao Governo do Estado, ao INCRA, ITC, Banco do Brasil e Governo Federal, solicitando medidas urgentes que possam minimizar a situação calamitosa em que se encontram os colonos de Arapoti, transferidos da área de Itaipu.

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades competentes acima

nomeadas, pedindo a adoção de medidas urgentes que possam minimizar a situação de penúria em que se encontram os colonos transferidos da área de Itaipu e reassentados no Município de Arapoti.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
NELTON FRIEDRICH
GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado TRAJANO BASTOS, líder do PMDB, no uso de suas atribuições, com fundamento no Art. 20 da Constituição Estadual e consubstanciado no Art. 92 e parágrafos do Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a convocação do Excelentíssimo Sr. Secretário de Finanças do Estado, para prestar esclarecimentos sobre a Mensagem Governamental 192/82, Projeto de Lei 152/82, que trata do reajuste de vencimentos dos servidores civis e militares do Estado.

Requer, uma vez aprovado o presente, seja feita a comunicação ao nobre convocado, designando-se desde logo, dia e hora do comparecimento, de conformidade com os §§ 1.º e 2.º do Art. 92, do Diploma Legal desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS
Líder do PMDB

JUSTIFICATIVA:

Prende-se esta solicitação de convocação do Excelentíssimo Sr. Secretário de Finanças do Estado, à polémica que está gerando nos Gabinetes deste Poder, a Mensagem Governamental 192/82, Projeto de Lei 152/82, que fixou um percentual de 38,5 por cento de aumento de vencimentos aos servidores civis e militares do Estado, a partir de 01 de janeiro de 1983.

Embora o Projeto esteja ainda tramitando pela douta Comissão de Constituição e Justiça, vários Srs. Deputados estão preparando inúmeras emendas que objetivam elevar o percentual, conceder abono de emergência e forma de complemento e atender com novo escalonamento de vencimento, diversas categorias funcionais.

O fato extrapolou este Poder e atingiu a opinião pública, através de inúmeras publicações pela imprensa, inclusive com entrevistas de parlamentares do Partido Situacionista, que prometeram conceder o reajuste semestral e o 13.º Salário. Ocorre que a matéria está disciplinada pelo § 1.º, alínea B, do Art. 25 da Constituição Estadual, que estatue: “§ 1.º — É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que: b — criem cargos, funções ou empregos públicos, ou aumentem vencimentos ou a despesa pública. E no § 2.º do mesmo artigo, veda expressamente a apresentação de emendas, ao dispor: “§ 2º — Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista: — a) Nos projetos oriundos da competência exclusiva do Governador”.

Por seu turno, o inciso I do Art. 47 da nossa Carta Magna reitera a competência privativa do Governador em projetos de tal natureza, ao estabelecer que: “compete privativamente ao Governador: — iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar”.

Logo, o único Poder que tem o respaldo constitucional

necessário para aditar, emendar ou substituir o projeto ora em tramitação e o Poder Executivo, que inclusive tem condições de prever a despesa de pessoal para o próximo exercício financeiro, através de seus órgãos especializados.

Assim, a presença do nobre Secretário de Finanças neste Poder para prestar as indispensáveis informações sobre o comportamento da receita e a despesa de pessoal no próximo exercício, poderá determinar, ou não a alteração do percentual de reajuste estabelecido, procedendo, se for o caso, a modificação ou aditamento da mensagem, assegurando-se assim a legitimidade da tramitação do feito, sem demagogia, sem alarde e sem tumulto, tudo dentro dos cânones constitucionais.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, inscrito.

O SR. CARLOS ZANLORENZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chegamos ao final de mais uma legislatura deste Poder.

É preciso reconhecer que ao longo destes quatro anos de mandato, esta Casa participou ativamente dos acontecimentos políticos do Estado e da Nação.

Sobretudo, desempenhou importante papel no processo de democratização, cujo marco histórico reside nas eleições de 15 de novembro passado.

Nesse pleito o povo recuperou a voz e falou claramente como deseja ser governado.

De minha parte, creio que essa contribuição da Assembléia jamais será negada.

Seus anais, que recolheram todos os debates, mostrarão às gerações futuras que esta Casa não se omitiu.

Por esse motivo, quero render minhas homenagens a todos quantos contribuíram, independentemente de filiação partidária, no sentido do aperfeiçoamento de nossas instituições.

No entanto, a Assembléia Legislativa há de prosseguir sempre fiel a esse espírito de superior atuação política, seja legislando, seja criticando construtivamente, seja aprimorando as medidas benéficas para o Estado e seu laborioso povo.

Muitos dos diletos companheiros de jornada deixam esta Casa; outros tantos prosseguem aqui emprestando a sua experiência e muitos ainda nela ingressam com o entusiasmo das idéias novas.

A todos porém, pretendo fazer chegar a expressão da minha amizade fraterna e os melhores votos de êxito nas suas empreitadas futuras.

Daqui não levo rancores, nem ódios.

Ao contrário, incluo entre as minhas recordações felizes os tempos em que convivi com homens ilustres e devotados à causa pública.

Volto para minha terra, Campo Largo, atendendo à vontade soberana de meu povo.

Lá me espera um grande desafio.

Trabalho, vontade de acertar e humildade são as armas de que disponho.

Com a ajuda de Deus e de meus leais e valorosos companheiros de luta, corresponderei às esperanças daqueles que confiam em mim.

Finalmente, quero deixar minhas despedidas a esta nobre Casa, aos ilustres colegas Deputados, aos zelosos funcionários e jornalistas.

E, como estamos na época natalina, aproveito para formular sinceros votos de que a Paz de Cristo esteja em todos os lares paranaenses.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para o Grande Expe-

diente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Município de Arapoti é cenário, hoje, da herança mais cruel que nos deixa a intervenção do Governo Federal com a construção da Usina de Itaipu. Lá, 450 famílias que foram retiradas de suas terras para dar lugar ao lago formado pela represa, vivem o drama do abandono e do não cumprimento das promessas feitas pelo INCRA quando do reassentamento desses produtores rurais.

Até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a área destinada a esses colonos não foi destocada e é limitada sua possibilidade de produzir. O compromisso de créditos especiais pelo Banco do Brasil não foi honrado. As casas onde estas famílias estão alojadas mais parecem os barracos de qualquer favela brasileira. As condições de moradia, de saneamento, são extremamente precárias. E o mais grave, senhores, que são 450 famílias em desespero, açotadas pela fome, pela falta do mínimo para a sobrevivência.

A insatisfação social é tão grande que cresce o risco de vermos a área transformada em sede de conflitos. Em suas últimas reuniões os colonos chegaram a afirmar que talvez a última solução para seus problemas mais urgentes seja a invasão e até mesmo o saque de supermercados no Município de Arapoti.

Triste quadro este que nos foi legado pela irresponsabilidade de quem transfere famílias inteiras de uma área, em benefício de um projeto grandioso, mas sobre o qual perduram questionamentos, para reassentá-las na miséria e na desesperança.

São paranaenses que em toda a sua vida deram seu suor e seu trabalho para produzir neste Estado. São cidadãos que até alguns anos atrás poderiam ser apontados como exemplo da parcela social do Paraná que maior dedicação emprestou ao enriquecimento desta terra. Hoje são párias, uma legião de ofendidos e humilhados que se vêem sob a ameaça de buscar soluções à margem dos compromissos e da estabilidade social para garantir o direito de sobreviverem.

De que forma devemos considerar esta atitude do Governo Federal e dos responsáveis pelos órgãos do Estado que deveriam cumprir os compromissos assumidos com esta gente de providenciar um reassentamento justo, oferecendo condições de trabalho, de reiniciar a vida, depois que o passado foi submerso em Itaipu?

O Sr. Gemote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Nobre Deputado Tadeu, inicialmente gostaria de parabenizá-lo por ter contraído as dores da nossa gente, que saiu lá do Oeste do Paraná, expelidos pela construção da maior hidrelétrica do mundo, orgulho para uns, desespero para outros.

Nós o parabenizamos por estar realmente ao lado daquele povo reivindicando e denunciando aqui a situação calamitosa em que se encontra. Vossa Excelência tem razão quando responsabiliza o INCRA, e por que não dizer que somados a ACARPA, são os que mais têm responsabilidade em relação a difícil situação por que passam aquelas famílias.

Quando nós denunciávamos e visitávamos famílias em Arapoti reassentadas ali pelo INCRA, e dizíamos que assistimos o quadro terrível de ver uma família fazendo sopa de samambaia para tranquilizar a fome de seus filhos, no Oeste do Paraná, essa notícia teve repercussão negativa através de uma rádio chamada “Grandes Lagos”, que enviou repórteres a Arapoti para desmentir logo em seguida que havia fome no local.

Agora fico feliz em saber que Vossa Excelência também tem informações nesse sentido. Que Vossa Excelência também

tem conhecimento do que lá está passando e está denunciando aqui a esta Casa, mais uma vez, que esse pessoal precisa ser socorrido. E precisa ser levado a sério, principalmente pelo INCRA que é o maior responsável em reassentá-los lá.

No entanto, o INCRA e a ACARPA tiveram das atuações mais infelizes que eu já pude assistir em relação àquele pessoal.

Quiseram impedir em outubro que eles se organizassem em Sindicato. Eles somados, inclusive a FETAEP, quando viram que nada podiam fazer vieram e deixaram que se realizasse o Sindicato e o mesmo foi realizado.

Hoje estão ameaçando tirar o Presidente do Sindicato, porque se está exatamente reafirmando a denúncia que Vossa Excelência traz, da necessidade que o INCRA, que a ACARPA, que o Governo do Estado também se responsabilize por aquela gente, porque eles foram tirados de uma terra fértil e foram jogados com menos fertilidade. Uma terra que exige no mínimo dois anos de aplicação do corretivo de solo para o qual eles não estão tendo financiamento.

Foram jogados em cima da terra, numa terra que ainda está em disputa judicial lá em Brasília nos escalões mais altos da Justiça, porque foi uma terra confiscada de Lupion e que continua na Justiça ainda em discussão e não pode o INCRA dar título. Foi um povo que foi usado nessa última campanha com demagogia barata, quando o seu Saul esteve lá e distribuiu títulos, mas quando eles viram que eram apenas títulos que davam autorização de ocupação que os transformavam mais uma vez em posseiros.

Essa gente foi iludida, nessa campanha esta gente ficou desassistida pelo INCRA e está sendo enganada. Precisa realmente como Vossa Excelência faz, de que o Paraná tenha conhecimento do drama que estão passando e é necessário que Governos sérios tomem medidas cabíveis.

Esse é o meu aparte e parabenizo mais uma vez por essa denúncia, por essa sua preocupação em se preocupar por essas 450 famílias que lá estão jogadas ao abandono, aos joguetes do INCRA, ACARPA e de outros órgãos e responsáveis.

Obrigado, Deputado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de

Vossa Excelência, e ontem quando fui procurado pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Arapoti, ele me dava conta da real situação dos colonos assentados naquela área. Quando eles vão à procura do INCRA, o INCRA diz que a papelada, a documentação está em dia e é sadia, apenas não liberam o financiamento por falta de recursos do Banco do Brasil.

Quando vão ao Banco do Brasil, este diz que dispõe de recursos. Entretanto, não tem condições de liberar o financiamento, porque o INCRA não destinou documentação sadia.

Acontece que como Vossa Excelência disse, durante a época da campanha o candidato a Governador do Estado pelo Partido do Governo lá esteve distribuindo os títulos de terra, num verdadeiro comício, e estes títulos nada valem. E o que é pior, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapoti está sendo ameaçado de ser preso porque está organizando os trabalhadores para que tenham seus direitos. Entretanto, ele, através da diretoria do INCRA, recebeu um telefonema ontem e disse que se ele não renunciasse à Presidência do Sindicato Rural, ele seria preso.

Assunto desta natureza, posição desta natureza, tomada por um Instituto que tem a finalidade de preservar o trabalhador rural, não dá para entender. Por isto é que hoje, preocupados com a atual situação que se encontra aquele povo, o pessoal que Vossa Excelência bem conhece, porque era de sua região, Vossa Excelência sabe a terra que eles deixaram, terra fértil, altamente produtiva - e eu conheço a terra - e onde eles estão reassentados, esta terra precisa de toda a ordem de correção, porque não tem condições de produzir.

Hoje estivemos com o Governador do Estado e falamos com o Dr. Hosken de Novaes, fomos lá para relatar a situação e pedir providências, que ao menos minimizem este quadro desesperador.

E devemos afirmar aqui, como questão de justiça, que fomos recebidos por Sua Excelência e que ele foi extremamente sensível em relação à questão e passou imediatamente a tomar providências que podem, pelo menos a nível de Estado, diminuir o desespero destas 450 famílias que foram expulsas de Itaipu e hoje estão reassentadas nessa região, no Município de Arapoti.

Uma atitude condigna e que deve merecer aqui o nosso respeito, a do Chefe do Executivo do Estado, o Governador Hosken de Novaes e que contrasta a atitude irresponsável do Governo Federal e, especialmente do órgão que se atribui a responsabilidade do reassentamento, que é o INCRA.

Esta Assembléia Legislativa deve, no nosso entender, tomar com urgência as providências que lhe cabem, como representação dos interesses do povo paranaense, no sentido de exigir que sejam cumpridos os compromissos que foram assumidos com os produtores rurais, que tiveram que abandonar a área de Itaipu, porque suas terras foram alagadas. O Governador do Estado garantiu que será liberada imediatamente uma verba para a compra de alimento e que a PROMOPAR deverá levar medicamentos para que eles, pelo menos nestes dez dias, neste período natalino, possam sobreviver e dar alimentação para seus filhos, porque eles não têm o que comer.

E, como Vossa Excelência disse, estão realmente comendo sopa de broto de samambaia. Isto não é mentira. Isto está lá para quem quiser ver. São 450 famílias, irmãos nossos, relegados a segundo plano por um Governo Federal incompetente, irresponsável que, por causa de obras faraônicas, esquece das condições melhores de vida do povo e da nossa obrigação social com nossa gente.

Por isto, devemos pedir também ao próprio Governador do Estado, que se mostrou compreensível e sensível a este problema durante o tempo que estivemos com ele hoje pela manhã, que também exija estas providências. Não podemos permitir que o povo paranaense sofra com a ação deste tipo, immanada de um Governo que pouca preocupação revela com os problemas sociais de nossa terra e de nossa gente, que vem gastando para dar curso aos seus projetos e ao interesse que sobrepõe o bem-estar de nosso povo, principalmente do povo menos favorecido pela sorte.

O Paraná perdeu com Itaipu grande área agricultável, Vossa Excelência tem conhecimento, o Deputado Nelton tem conhecimento porque é da região de Vossas Excelências, áreas férteis que propiciavam grande parte da nossa produção, perdeu o ICM que arrecadava desta produção, diminuiu a nossa capacidade de riqueza, em troca não deve receber nada. Pelo contrário, ficará com os problemas sociais, que enfrentamos hoje, com 450 famílias que nem sequer têm direito à alimentação. E o INCRA, como forma de afronta a essas famílias, prometeu a semana passada e Vossa Excelência deve ter participado dessa reunião, que nesta semana, no início desta semana que ora se finda, o INCRA deveria levar alimentos pelo menos para dez dias para 450 famílias; chegou o alimento, nobre Deputado, chegou uma Kombi de alimentos. E lá está o pároco de Arapoti, está lá o Presidente do Sindicato Rural, tentando impedir que a Kombi chegue na área, porque não dá sequer para atender 15 famílias. Ora, se forem 450 famílias passando fome e de repente atendemos 15, então nós vamos ter um verdadeiro quebra-quebra, vamos ter irmãos nossos morrendo para conseguir um quilo de arroz ou um quilo de feijão.

Mas com todos esses aspectos negativos, queremos que os Deputados tomem uma providência que nós em comissão vamos até o INCRA, vamos até a ACARPA e tentemos fazer com que seja liberado, no mais breve espaço de tempo possível, a

primeira parte do financiamento agrícola, que é a parte para destoca e para a preparação da terra; é só isso que esses colonos querem. Para que possam trabalhar, produzir e dar alimentação para sua família. Não é justo e é necessário que toda a sociedade paranaense, passe a exigir o cumprimento mínimo de compromisso, que possam resguardar os seus interesses.

E este Poder tem um papel de alta importância neste momento, o de refletir os anseios e o de fazer cumprir os direitos, dos quais não abrimos mão. Esta é uma causa que está acima dos partidos políticos, acima de qualquer visão particular da política, é uma causa paranaense que todos nós devemos abraçar para defender aquilo que nos é devido. Não podemos admitir que nosso povo, não podemos admitir especialmente, que estas 450 famílias de irmãos nossos, paranaenses como nós, se constituam em vítimas de uma atitude como esta, que os relega à marginalidade.

Esta ofensa que recebe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma ofensa a todos nós paranaenses, e devemos respondê-la com altivez, exigindo um respeito aos direitos do cidadão.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (**Assentimento**).

Sr. Deputado, Tadeu Lúcio Machado, este assunto merece de todos nós atenção e acima de tudo, a pressão para as providências o Projeto "Poti", de Arapoti, sem a menor dúvida, haverá de nos legar importantes lições. Primeiro de que não basta simples traslado ou simples reassentamento de famílias, atingidas como ocorreram com as famílias da região de Itaipu, para um local diferenciado do seu "habitat" normal e assim o problema social atendido é resolvido. Muito mais do que isso. É fundamental que haja um preparo, uma conscientização e que até o projeto técnico tenha as devidas proporções que o problema social exige.

Digo isso, porque primeira falha técnica do projeto: a qualidade da terra que está profundamente distanciada da qualidade da terra, onde estes reassentados residiam e produziam. Não houve um mínimo de previsão de plantio, porque quando alguém se reassenta numa área que antigamente vinha produzindo, por exemplo, eucaliptos, com os seus efeitos, ressecando o solo e o subsolo e se colocar uma família ela terá dificuldades não só na correção da terra, mas até para poder plantar o mínimo de produtos alimentícios para as primeiras necessidades.

E isso fica bem claro, porque os agricultores não tiveram condições de ter a semente necessária, as mudas necessárias, para o plantio daqueles produtos habituais do seu prato do dia a dia.

E nós sentíamos das vezes que fomos à Arapoti, o testemunho muito claro daquela gente, que eles, por exemplo, não tinham mais condições de conseguir sementes, ou até mudas de alguns produtos que faziam parte do seu cardápio comum, costumeiro.

E isso tudo ia gerando, portanto, não só a angústia como a certeza até de que na medida em que os últimos cruzeirinhos que tinham, que restavam da indenização, ou da venda de alguns bens, estavam se esgotando. E aí viria o caos e a perspectiva da fome imediata.

Então, há que se analisar tudo isso. E uma outra lição ainda no projeto técnico, a ausência de pronta cobertura de custeio. Porque, se ocorresse a abertura imediata de valores para custeio das primeiras plantações, esses agricultores poderiam ao menos, com toda a precariedade reconhecemos, mas, ao menos dar a volta por cima e ao menos ter produtos para colocar à mesa dos seus filhos e das suas famílias.

Diante desse quadro, dessa grande lição não basta fazer projetos de reassentamentos sem uma visão mais ampla dos costumes desses reassentados, dos seus hábitos alimentares, da qualidade da terra, de algumas medidas profundas e urgentes como de cobertura de custeio.

É preciso, acima de tudo, entender que agora esse é o qua-

dro. E congratulo-me com Vossa Excelência. Ainda ontem nós falávamos sobre o problema. Ainda hoje algumas providências foram tomadas. A importante medida de dialogar com autoridade que tem ao menos condições de emergencialmente tomar uma providência para minimizar esse grave problema que agora é apenas social e amanhã poderá ser de tensão social.

Por isso, a nossa solidariedade à sua exposição e mais até, a necessidade efetiva dessas medidas emergenciais, porque, é por isso até, nós conversávamos com Vossa Excelência, e até elaboramos e aí está um requerimento subscrito também pelo Deputado que está na tribuna, pelo Deputado Gernote Kirinus, para que o INCRA e o ITC e o próprio Banco do Brasil, o Governo Federal e obviamente entra também o Governo do Estado, possam tomar essas medidas emergentes com o pedido oficial desse poder. Não são realmente os subscritores, Tadeu Lúcio Machado, Gernote Kirinus, Nelson Friedrich que estão pedindo. Que esse pedido saia como se subscrito fosse por todos os Deputados com assento nesta Casa, porque não é possível, que, neste momento, coloquemos vendas aos olhos e possamos ignorar o que está acontecendo na região de Arapoti.

E termino este aparte, deixando bem claro que há que se redimensionar os métodos de todos os projetos de reassentamento em casos de novas colonizações, ou até casos como de Itaipu.

A prática exige que projetos como Arapoti tenham uma visão humana mais clara. E, eu termino dizendo, Deputado Tadeu Lúcio Machado, sem a menor dúvida, aqui nesta Casa existem Deputados que precisavam, acima de tudo, também participar deste debate. Inclusive, insisto nisso, daquele Deputado que, na região Oeste do Paraná procurou desmentir e ignorar as apreensões de um Deputado como de Gernote Kirinus, colocando em rádios da região Oeste de que o Deputado estava enganando, porque aquela população estava satisfeita, contente, como nós temos pronunciamentos gravados de agricultores que depuseram numa viagem que fizemos a Arapoti, dizendo do seu desespero, da sua angústia com o Banco do Brasil, com a falta de alimentos, com a situação do projeto.

É preciso que, acima de tudo, nós possamos assumir a verdade, para obtermos credibilidade. Não é possível que, se continua querendo, por interesses às vezes, até eleitores, desmistificar e ignorar a angústia de uma maioria, colocando como se colocou na Rádio de Santa Helena, gravação de um ou outro agricultor, dizendo que tudo estava bem. Como nós estávamos lá em Arapoti vendo "in loco" a dificuldade, a angústia, o desespero. É preciso que haja, portanto, uma mudança de comportamento, e tomara, que o seu pronunciamento, que as medidas que estão sendo solicitadas possa ter não só o acompanhamento da Assembléia, mas, que todos os Deputados que participaram da vida do Oeste do Paraná, assumam compromissos. Viemos falar a linguagem da verdade e não esquecer que aqui está uma oportunidade. Lá em Arapoti, ex-moradores do Oeste do Paraná, estão num caos social, pedindo providências.

É momento de tomarmos atitudes coerentes com aquilo que dizíamos não só na campanha política, mas dizíamos sempre como defensores do povo. Parabéns pelo seu pronunciamento, e oxalá, as providências ocorram.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu que agradeço nobre Deputado e só posso dizer a Vossa Excelência, que as medidas que procuramos tomar no dia de hoje, foi apenas para resolver um problema de extrema urgência, para conseguirmos alimentação para este povo, pelo menos neste período de Natal, de Ano Novo.

O problema maior e o trabalho que nós temos que desenvolver, e para isso, convoco e solicito de todos os Deputados é que nós consigamos a manifestação do INCRA, do Banco do Brasil, ver quem é que, realmente, está travando, a liberação da primeira parcela do financiamento.

Quando o colono vai ao INCRA, ele culpa o Banco do Brasil, quando ele vai ao Banco do Brasil, ele culpa o INCRA. Então, temos que tentar, de alguma forma, fazer com que o Banco do Brasil e o INCRA liberem com urgência a primeira parcela do financiamento. É a única forma capaz desses agricultores tentarem corrigir a terra, que a qualidade de terra do Oeste do Paraná, para a qualidade de terra onde estão reassentados é muito diferente. Não produz o que eles produzem lá. Nós produzimos mais lavoura branca, nós produzimos milho e arroz. Eles não estão afeitos a este tipo de produção. Existe, tem que fazer um tipo de formação. Dar a este pessoal, têm que ter técnicos, agrônomos atendendo a este pessoal. E não adianta nada hoje um caminhão de alimentos e de medicamentos serem entregues a esta população. Daqui há dez dias lá estarão eles reunidos, novamente, dispostos a ir a supermercados, a roubar supermercados, a botar fogo no INCRA, porque a fome dói. E este povo, é irmão nosso. Então a providência, não é a providência imediata e urgente que nós tomamos. Nós apenas tentamos resolver o problema de alimentação, o problema de estômago deles.

Agora, acredito que com este requerimento, acredito também que com a providência da Casa, com os Deputados do PDS, com os Deputados da nossa Bancada, conseguiremos fazer com que o INCRA, a EMATER, o Banco do Brasil, tomem providências urgentes para resolver esse problema social, antes que se torne, como disse o nobre Deputado, uma tensão social.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não havendo mais oradores inscritos, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados :

Há um assunto que, na região fronteiriça toma vulto e que merece de todos nós uma atenção. No momento em que após esse pleito histórico na vida do Brasil estamos tomando pé no rumo democrático, com a escolha de Governos de Estado, Senadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Vereadores, as Áreas de Segurança continuam órfãos quanto à condução de governos municipais eleitos pelo voto secreto, direto, universal.

E estivemos participando de reuniões, como a de Santa Helena, há poucos dias, onde as lideranças comunitárias, lideranças partidárias, Vereadores eleitos e não eleitos, manifestavam a sua incerteza ante ao que se avizinha e que diz respeito aos Prefeitos das Áreas de Segurança. E insistimos aqui uma linha de pensamento que há muito alimentamos, a da efetiva necessidade de pôr término à famigerada Área de Segurança Nacional.

Por diversas vezes desta tribuna, via requerimentos, através de debates populares, a nossa posição foi evidenciada. Nunca na História do Brasil se justificou a constituição das Áreas de Segurança Nacional. Em nenhum instante podemos reconhecer algum valor nesse novo instituto imposto à força às regiões fronteiriças e, por via de consequência, também aos grandes centros urbanos, representados pelas Capitais de Estado.

Mas, o que diz respeito às áreas fronteiriças, os municípios componentes das ditas Áreas de Segurança Nacional, queremos aqui endossar e estimular o raciocínio desenvolvido pelo futuro Governador do Paraná, José Richa, quando dizia recentemente da necessidade de que os Prefeitos das Áreas de Segurança tenham a dignidade, o respeito ético e o princípio moral, de colocar os seus cargos à disposição.

Não há dúvida de que a eleição para o Governo do Estado foi vitoriosa em todos esses municípios. E, portanto, não porque esses que eu considero meros funcionários públicos, indicados pelo Governo do Estado, permaneçam nesses cargos, porque

de confiança foram do Governo que perdera a eleição. E há que se mudar, portanto, também, os Prefeitos das Áreas de Segurança Nacional.

E essa tarefa precisa ser facilitada. E a melhor maneira de facilitá-la é, exatamente, cada Prefeito indicado colocar o seu cargo à disposição do futuro Governo. Assim manda a ética, assim determina o princípio moral do respeito a cargos de confiança, e acima de tudo, estaremos atendendo a um princípio maior que é o da vontade popular.

É por isso que venho à tribuna, neste instante, para neste final de ano, fazer uma convocação que comecemos a respeitar, neste Brasil, os valores éticos, morais e de vontade popular, no que diz respeito à mudança que possam acontecer. Prefeito não foi eleito, foi indicado. Quem indicou não teve a consagração popular, nem teve, portanto, o aval da população local.

É preciso que haja, acima de tudo, consideração a esses princípios, e quando nós estamos apelando, é exatamente para que haja uma determinação que seria de grandeza, que seria altaneira, e digo mais, em momentos normais, seria até dispensável fazer a solicitação, ela deveria emergir acima de tudo, da própria vontade de cada um dos indicados. Mas, como nós temos ouvido até de alguns parlamentares com influência eleitoral na área, o estímulo de que eles não serão mudados, uma demonstração clara de falta, até, de consideração pela mudança que o eleitor quis fazer — porque ele votou, e votou para Governo do Estado, naquele que representava o antídoto do que determinara a sua indicação ao cargo de Governador Municipal, nada mais nada menos do que o respeito à confiança que o cargo determina, que, essa confiança, venha a se colocar às mãos daquele que representa a vitória da própria vontade popular!

Sabemos que a escolha final cabe à Presidência da República, mas a indicação, passa pelo Poder Executivo Estadual. E é isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós queremos registrar. E que este apelo possa fazer eco e possamos, assim, diminuir o que hoje sentimos, diminuir essa apreensão e, acima de tudo, essa incerteza que paira nas áreas de segurança! Querem eleger o Prefeito, pela via direta, secreta e universal — estão impedidos; como ainda não é possível alterar esse quadro, mas sabemos que, métodos são viáveis de democratizar a escolha, a indicação, mas, o primeiro caminho, o obstáculo a ser vencido é que, os Prefeitos indicados coloquem os seus cargos à disposição do Governo do Estado, para que ele venha a ratificar o cargo, ou venha substituir o titular momentâneo desse mesmo cargo.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é isto que queremos registrar quanto a esta questão, porque, a Área de Segurança neste País terá o término, mais dia, menos dia, porque ela não se justifica.

Quando o povo pode mais, é inadmissível que, parcela do povo, possa menos; quem pode escolher o Governo do Estado, é inadmissível que não venha a escolher e que não venha a ter condições de, pelo voto secreto, direto, universal, fazer a opção pelo Governo Municipal. Foi possível escolher José Richa para Governador — está sendo obstaculizada a possibilidade de eleger o Prefeito da Área de Segurança! Enquanto não vier a eleição direta, acima de tudo vamos respeitar a ética, a moral e a vontade popular! Que esses Prefeitos tenham essa grandeza, de, colocarem seus cargos à disposição, porque assim determina o melhor comportamento político!

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Ausente o Líder do PTB, concedo a palavra, no horário que lhe é reservado, ao Sr. Deputado Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tomo a liberdade de proceder a leitura, para que conste

nos Anais da Casa, de uma nota de esclarecimentos do Sr. Governador José Hosken de Novaes.

A nota diz o seguinte: (Lê

“O Governador José Hosken de Novaes, preocupado com o motim da Penitenciária Central do Estado, em Piraquara, com todo o seu cortejo de violências e ameaças, decidiu-se, na manhã do dia 22 do corrente, a dirigir-se à aludida Penitenciária Central para tomar conhecimento da situação.

Na Penitenciária Central procurou tomar conhecimento dos fatos e soube que o Senhor Diretor, Doutor Saulo Martins, estava tratando de resolver pacificamente o problema, no interior do estabelecimento.

Conduzido para o edifício da Administração, isolado da área do levante, o Governador teve notícia de que dois “internados” estavam colaborando para a solução pacífica da crise e queriam avistar-se com o chefe do Executivo paranaense.

O Governador se dispôs a recebê-los depois de informado que esses “internados” não participaram do motim e que estavam exercendo influência de peso no espírito dos amotinados para a cessação do lamentável episódio.

O Governador recebeu então os dois “internados” que desconhecia, inclusive seus crimes, e com eles conversou, os quais reafirmaram sua ação de pacificação e de não envolvimento no movimento.

O Governador expressou sua satisfação em nome do Governo e acentuou que eles, sentenciados, também são seres humanos, merecedores de respeito, e que eles, “internados” estavam dando demonstrações de readaptação social.

Levado por sentimento de apreço à ação dos dois “internados” à sua colaboração às autoridades, na sufocação do movimento, deixou-se o Governador fotografar com os dois aludidos “internados”, na forma da publicação de “O Estado do Paraná”, do dia 23, do mês em curso.

Entretanto, a fotografia não deve traduzir qualquer condescendência do Governador com o crime e os criminosos e seu dever de atuar com energia em defesa da ordem e da sociedade.

Diante do ocorrido, sente-se o Governador no dever de emitir a presente nota, para bem esclarecer a opinião pública e evitar explorações capazes de conduzir a impressões errôneas e injustas, prejudiciais ao espírito da ordem e de respeito à lei do Governador.

Fica, portanto, bem claro e certo que o Governador se mantém no firme propósito de dar continuidade à enérgica ação administrativa a que se mostrou fiel desde o início de seu período governamental, sempre em defesa da lei e da ordem, sem desconhecer os elevados sentimentos cristãos do povo brasileiro.

Sempre em consonância com os sentimentos da família e da comunidade paranaenses.

GOVERNO DO PARANÁ”

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria me referir ao pronunciamento feito ontem nesta Casa no horário reservado ao PMDB, do nobre, elegante, culto, orador extraordinário que é, Deputado Nilso Sguarezi. Deputado que tem honrado esta Casa, irmão que é da verdade, sócio que é majoritário da ética parlamentar.

Nessa manifestação que o Deputado Nilso Sguarezi deu uma lição de ética a este “despreparado” Deputado, ele disse que na sessão anterior eu tinha chamuscado, deturpado e pisoteado a figura do Deputado Federal eleito Aragão de Mattos Leão, a quem teríamos textualmente atacado furiosamente. Essa manifestação do nobre, elegante, culto, honesto, patriota e extraordinário Deputado Nilso Sguarezi, veio a propósito de pronunciamento onde resguardávamos a lisura com a qual a Superintendência do IPE, ora examina uma proposta de aquisição de um hospital do servidor do Estado.

Chamando a opinar sobre o assunto, uma comissão de alto nível, com representações de vários setores da administração,

das entidades do funcionalismo, corretores de imóveis, arquitetos e classes produtoras. Diz o nobre Deputado Nilso Sguarezi, que o então ex-Deputado pela ARENA, Mattos Leão não acusou ninguém de corrupção. Que apenas defendeu o adiamento do exame do assunto para o futuro Governo. Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no seu próprio pronunciamento e no meu entendimento, no entendimento desse despreparado Deputado, o nobre Deputado Nilso Sguarezi se desdiz, porquanto afirma que a minha presença na tribuna teve textualmente o propósito de defender um homem público.

Ora, só existe defesa quando há o ataque. Na manifestação que fez através do jornal, disse o Deputado eleito Mattos Leão que a transação imobiliária pretendida é textualmente no mínimo estranha. Ora, se no mínimo é estranha a negociação, o que será do máximo? O que será?

O Sr. Mattos Leão jogou uma dúvida de escândalo, atingindo assim a reputação dos administradores do IPE, isso é evidente. Não precisa nem ler as entrelinhas da entrevista, é evidente. E não teve razão desta feita o nobre, leal, elegante, culto Deputado Nilso Sguarezi quando afirma que, em primeiro lugar, eu devo estar magoado com os resultados das eleições. Não é verdade, porque graças a Deus eu tive apenas quatrocentos e tantos votos menos do que a eleição de 78. E a vitória do PMDB é uma lógica desse espírito de mudança que varreu o Brasil todo. Oxalá os senhores integrantes do PMDB possam realmente fazer um bom Governo para cumprir aquilo que prometeram ao povo, não só paranaense mas em todo o Brasil. Então não é verdade. Eu não estava magoado.

E também ele não tem razão quando diz que eu chamusquei, que eu deturpei, que eu pisoteei, que eu joguei lama, que eu ataquei furiosamente a figura do Sr. Aragão de Mattos Leão, furiosamente!

Ora, isso não tem, eu é que estou admirado de partir da erudição de um Deputado como o Nilso Sguarezi, e talvez dos mais cultos Deputados que já pisaram nesta Casa. Dizer que eu ataquei furiosamente! Não, não tem razão.

Tenho o meu pronunciamento por escrito, e vejo ter dito apenas, talvez seja isso que magoou o agora companheiro de bancada do Deputado Mattos Leão, foi eu ter dito que ele quando Deputado Estadual, em quatro anos compareceu a 32 sessões e ocupou essa tribuna uma única vez. Mas recebeu o ordenado os quatro anos. Isso sim é deselegância. Deselegância é deixar de cumprir com o seu dever e embolsar o dinheiro do povo. Isso é que é deselegância. Que diabo, o povo paga para o Deputado vir aqui a todas as sessões. O homem é um cometa. Aparece aqui 32 sessões em quatro anos, mas recebeu os quatro anos. Isso é que é deselegância, no meu entendimento.

E ainda nesta vez que ele falou não abordou nenhum assunto de repercussão pública, ou de interesse do povo paranaense. E esse fato o nobre culto, inteligente Deputado Nilso Sguarezi não contestou. E foi sobre ele que fundamentei a análise das intenções do Deputado Aragão de Mattos Leão, em procurar a imprensa para levantar objeção contra um ato administrativo que classificou textualmente de no mínimo estranho.

Agora, quanto ao meu nobre Colega que eu muito admiro e tenho um respeito profundo, Nilso Sguarezi encampar a tese proposta pelo Sr. Aragão de Mattos Leão, de que o Governador Hosken de Novaes deve abster-se de decidir sobre o assunto, deixando claramente dito que a decisão deve ficar para o Governador eleito, eu acho e me perdoe o nobre Deputado a quem eu tenho tanto respeito, acho isso constitui um menosprezo inaceitável e uma presunção até imodesta de Vossa Excelência. Não existe Governo neste Estado até que assim o futuro Governador? Não existe? Eu pergunto aos Senhores Deputados, pergunto à Casa. Não é hábito do Sr. Hosken de Novaes adotar qualquer decisão administrativa como lhe facultava a Lei e o Cargo?

Deve então omitir-se das funções para as quais lhe remu-

nera o povo? Afinal o povo está pagando os subsídios do Governador Hosken de Novaes para ele cumprir uma tarefa administrativa. Ou será que entende o nobre Deputado Nilso Sguarezi que temos um Governo incompetente? Sem capacidade de tomar decisões, só porque o proprietário de um hospital ache estranho que se implante um Hospital do Servidor Público?

O Sr. Nilso Sguarezi — Deputado Erondy Silvério, permite-me um aparte? (**Assentimento**).

Primeiro, muito obrigado pelo nobre, inteligente e. ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Justiça não se agradece, estou apenas fazendo justiça a Vossa Excelência que é, no meu entendimento, culto, elegante, companheiro, amigo da ética.

O Sr. Nilso Sguarezi — Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência ontem infelizmente não estava no plenário e não é de meu feitio responder quando colegas não estejam em plenário, mas Vossa Excelência há de entender que a resposta deveria ser imediata porque era o tempo oportuno de responder a Vossa Excelência já que, no dia anterior, havia tecido as considerações sobre o Deputado Aragão de Mattos Leão.

Na verdade o nosso pronunciamento tem em síntese o seguinte, eu discordo de Vossa Excelência quando passou a criticar o Deputado Mattos Leão. Reconheço o inteiro direito que Vossa Excelência tem de justificar a posição do IPE. Há de se reconhecer o inteiro direito de Vossa Excelência está, até dever de ofício, como Líder do Governo. Mas discordo de Vossa Excelência quando Vossa Excelência partiu desta posição correta, justa, de atacar pessoalmente um colega seu. Porque aí Deputado Erondy Silvério, nós não estaremos contribuindo, como eu disse, como Vossa Excelência deve ter as notas taquigráficas, para levantar este Poder. Na medida em que eu discordo de uma posição que Vossa Excelência assumiu e passe a criticá-lo pessoalmente, estou fugindo ao assunto que veio à discussão, que veio para o plenário como um assunto em tese, a ser discutido. Eu caio no terreno pessoal.

Estranho e neste ponto acho que Vossa Excelência é incoerente, porque houve várias oportunidades em que Vossa Excelência poderia ter repreendido o Deputado Aragão de Mattos Leão em outras oportunidades, quando ele era seu colega de bancada, quando ele pertencia ao seu partido. E, nestas ocasiões Vossa Excelência silenciou. De modo que agora, porque ele exerce um direito que é pertinente ao Parlamentar, se toda a vez que um Parlamentar de meu partido, do partido de Vossa Excelência, da minha bancada, de Vossa Excelência, trouxesse um assunto, nós passássemos primeiro a analisar a vida pessoal dele, comportamento pessoal dele, lamentavelmente ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência ...

O Sr. Nilso Sguarezi — Então a minha crítica ao pronunciamento de Vossa Excelência foi porque Vossa Excelência deixou o assunto principal e caiu no ataque ao Deputado Aragão de Mattos Leão, que acho que não era o assunto a ser discutido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Perfeito. Agradeço o aparte de Vossa Excelência e a questão colocada como Vossa Excelência o fez, poderia assistir alguma razão a Vossa Excelência. Mas se Vossa Excelência olhar a questão no prisma que coloquei, se Vossa Excelência ler com atenção o meu pronunciamento, Vossa Excelência vai ver que não ataquei ninguém pessoalmente ...

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas como, Vossa Excelência agora mesmo acaba de afirmar que o Deputado não veio ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E Vossa Excelência laborou ainda num novo erro, dizendo que eu deveria ter chamado a atenção do Deputado Mattos Leão, do então Deputado

Mattos Leão, pelas suas faltas. Ora, não sou censor de ninguém, nobre Deputado ...

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas Vossa Excelência agora está atacando ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... apenas porque ele investiu contra a honra de um homem de bem.

(CONVERSAS PARALELAS).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, são discursos paralelos. Dei o aparte a Vossa Excelência. Peço que pode deixar o nobre Deputado falar, mas me desconte o tempo, não tem problema nenhum.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência está me cerceando o direito de participar do discurso.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, não estou, absolutamente. Mas como está sendo um debate paralelo, então vamos fazer uma mesa redonda, depois do término da sessão.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não pretendo isto. Só nós dois que estamos conversando.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nós temos aqui que nos reger pelo Regimento Interno. Eu dei o aparte a Vossa Excelência para fazer um aparte conciso e breve; e Vossa Excelência está fazendo um discurso paralelo. Agora eu concordo que a Mesa permita que Vossa Excelência fale, desde que me desconte o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sr. Deputado Nilso Sguarezi, a Mesa pede a Sua Excelência que permita que o Deputado Erondy Silvério termine a sua oração e só o aparteie quando autorizado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Eu acato a decisão da Mesa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu concedi o aparte ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, ouvi o que tinha a dizer; mas agora está se repetindo, apesar da sua cultura, da sua inteligência, brilhantismo. E eu, um despreparado Deputado, quero dizer que achou-se estranho que se implantasse o Hospital do Servidor Público. E quando o assunto está exatamente sob exame, de uma Comissão composta por todos os setores eventualmente interessados, para que o assessoramento ao Governador seja o mais amplo possível. Ora, se assim fosse, se fôssemos esposar a tese defendida ontem pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi, de que deveria deixar a decisão para o Governador eleito, melhor seria fecharmos todas as Secretarias, trancarmos bem o Palácio Iguaçu, cerrarmos bem esta Casa, e irmos todos cada um para o seu destino, entregarmos as chaves de tudo isso, até o dia 15 de março ao novo Governador.

Não pretendo, Sr. Presidente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, abrir polêmica sobre a compra ou a não compra de tal hospital. Eu já disse: o assunto está em exame de maneira impecável. E esse assessoramento, poderá, e por que não, servir até ao futuro Governador. Tanto quanto ao atual; nenhuma das hipóteses me parecerá estranha; é possível que o trabalho desta Comissão se prolongue além de 15 de março, e que o futuro Governador examine o assunto, veja que realmente é uma aquisição útil, valiosa, honesta e criteriosa, e autorize, por quê não? Nenhuma das duas hipóteses me parecerá estranha, como pareceu ao Deputado Mattos Leão, é isto que eu não me conformo; é o cidadão chegar e dizer: parece muito estranho. Mas que estranho? Estranho é ele deixar de comparecer a esta Casa durante 4 anos. E eu não podia repreendê-lo,

nobre Deputado, porque eu não sou censor de ninguém; esta é que é a verdade.

Repito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que somente defendemos, somente defendi e estou defendendo agora, a forma de encaminhamento do assunto, que foi, queira ou não o Deputado Nilso Sguarezi, mas foi colocada em insuspeição por um pronunciamento que eu considero infeliz, do Deputado Federal eleito, Aragão de Mattos Leão; um pronunciamento infeliz que foi complementado, também de forma infeliz, pelo nobre, culto e elegante Deputado Nilso Sguarezi.

Eu acho que foi infeliz, porque Vossa Excelência acha que agora, daqui para a frente, nenhum ato do Governo...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Permito, com muito prazer. Tenho muito prazer em ouvi-lo.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu constato, Sr. Presidente, que o tempo já se esgotou, mas serei breve.

Deputado Erondy Silvério, a denúncia diz que no negócio entrariam 100 alqueires de terras, que estão infestados de posseiros. Vossa Excelência não há de convir de que isso merece uma análise profunda e de que esta Comissão teria que no mínimo se servir do auxílio de órgãos especializados do Estado, do ITC e outros órgãos para realmente verificar e ampliar a discussão sobre problema de posse, domínio de terra? É um assunto que, em hipótese alguma, em 60 ou 90 dias teriam condições de ser decididos?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/82, (Mensagem n.º 87/82, ex-Proposição n.º 76/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios citados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 78/82, (Mensagem n.º 90/82, ex-Proposição n.º 77/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos aos termos de cooperação técnica e financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/82, (Mensagem n.º 91/82), ex-Proposição n.º 78/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de cooperação técnica e financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Colombo, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 80/82, (Mensagem n.º 92/82), ex-Proposição n.º 79/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o primeiro termo aditivo e o segundo termo aditivo aos termos de cooperação técnica e financeira, celebrados entre os municípios citados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras “Prosafras”, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 81/82, (Mensagem n.º 93/82, ex-Proposição n.º 80/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/82, (Mensagem n.º 94/82, ex-Proposição n.º 81/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o primeiro termo aditivo ao termo de cooperação técnica e financeira n.º 138/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Londrina, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/82, (Mensagem n.º 95/82, ex-Proposição n.º 82/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios especificados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/82, (Mensagem n.º 89/82, ex-Proposição n.º 83/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de cooperação técnica e financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de São João do Triunfo, que objetiva a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/82, (Mensagem n.º 98/82, ex-Proposição n.º 84/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os municípios aqui especificados, firmados em 16.07.82, e que visa a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/82, (Mensagem n.º 99/82, ex-Proposição n.º 85/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo ao convênio n.º 23/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Campina Grande do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/82, (Mensagem n.º 100/82, ex-Proposição n.º 86/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de cooperação técnica e financeira n.ºs 13/82 e 16/82, celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão que especifica e os Municípios de Ortigueira e Loanda, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/82, (Mensagem n.º 101/82, ex-Proposição n.º 87/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, objetivando delegar à Secretaria de Estado da Agricultura, os serviços relativos à promoção e fiscalização do Cooperativismo, em toda área do território Estadual.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/82, (Mensagem n.º 103/82, ex-Proposição n.º 89/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Flórida, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/82, (Mensagem n.º 104/82, ex-Proposição n.º 90/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui citados, e que objetiva a execução de obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 91/82, (Mensagem n.º 106/82, ex-Proposição n.º 91/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de cooperação técnica e financeira entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Reserva, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/82, (Mensagem n.º 109/82, ex-Proposição n.º 92/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Francisco Alves e Indianópolis, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 93/82, (Mensagem n.º 110/82, ex-Proposição n.º 93/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/82, (Mensagem n.º 111/82, ex-Proposição n.º 94/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Es-

tado do Paraná, através de Órgão citado, e que objetiva a elaboração do ESTUDO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL POR INTERMÉDIO DE MICROUSINAS HIDRELÉTRICAS.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 95/82, (Mensagem n.º 112/82, ex-Proposição n.º 95/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 1.º e 2.º Termos Aditivos ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos citados e o Município de Guaíra, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaíra.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 96/82, (Mensagem n.º 113/82, ex-Proposição n.º 96/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de JUSSARA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/82, (Mensagem n.º 116/82, ex-Proposição n.º 98/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão Urbana no Solo do Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/82, (Mensagem n.º 117/82, ex-Proposição n.º 99/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo (1.º) ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Tapira, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 99/82, (Mensagem n.º 118/82, ex-Proposição n.º 100/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Primeiro Termo Aditivo celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Governo do Estado de São Paulo, objetivando a ligação das localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá, via transporte hidroviário.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 100/82, (Mensagem n.º 119/82, ex-Proposição n.º 101/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 101/82, (Mensagem n.º 120/82, ex-Proposição n.º 102/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios citados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — **PRONOROESTE.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/82, (Mensagem n.º 121/82, ex-Proposição n.º 103/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio de cooperação celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o

Município de Medianeira sendo interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviço de trânsito com estudos de planejamento urbano, no referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/82, (Mensagem n.º 124/82, ex-Proposição n.º 104/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios aqui nominados, que visam a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão Urbana do Solo no Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE. — Aprovado :**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/82, (Mensagem n.º 126/82, ex-Proposição n.º 106/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Diamante do Norte e Inajá, objetivando a execução de obras de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE. — Aprovado :**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/82, (Mensagem n.º 128/82, ex-Proposição n.º 107/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo n.º 43/82 (1.º) ao convênio n.º 53/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Transportes e o Município de Céu Azul, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/82, (Mensagem n.º 129/82, ex-Proposição n.º 108/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Cornélio Procopio, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”, no exercício de 1982.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 108/82, (Mensagem n.º 130/82, ex-Proposição n.º 109/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo de compromisso n.º 19/82, e de seu termo aditivo 26/82 (1.º), celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Manoel Ribas, objetivando procedimentos conjuntos no sentido da melhoria do aeroporto do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 110/82, (Mensagem n.º 135/82, ex-Proposição n.º 113/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Campo Mourão, objetivando a execução de Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS”.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 111/82, (Mensagem n.º 136/82, ex-Proposição n.º 114/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo 51/82 (1.º), ao convênio (036/82), celebrado entre o Estado do Paraná, através

da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Cambará, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — “PROSAFRAS” — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/82, (Mensagem n.º 137/82, ex-Proposição n.º 115/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado do Interior e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 113/82, (Mensagem n.º 138/82, ex-Proposição n.º 116/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 114/82, (Mensagem n.º 139/82, ex-Proposição n.º 117/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 115/82, (Mensagem n.º 140/82, ex-Proposição n.º 118/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/82, (Mensagem n.º 134/82, ex-Proposição n.º 112/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/82, (Mensagem n.º 141/82, ex-Proposição n.º 120/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios citados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 119/82, (Mensagem n.º 142/82, ex-Proposição n.º 121/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municí-

pios especificados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 120/82, (Mensagem n.º 143/82, ex-Proposição n.º 122/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio 19/82 SETR, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Pato Branco, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras de melhoria no aeroporto do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 121/82, (Mensagem n.º 144/82, ex-Proposição n.º 123/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo n.º 35/82 (1.º), ao termo de cooperação técnica e financeira n.º 174/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios especificados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos Intermunicipais para escoamento de Safras.— **PROSAFRAS.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/82, (Mensagem n.º 145/82, ex-Proposição n.º 124/82, oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios especificados, objetivando a execução de Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras.— **PROSAFRAS.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/82, (Mensagem n.º 147/82, ex-Proposição n.º 127/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios citados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 124/82, (Mensagem n.º 148/82, ex-Proposição n.º 128/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de cooperação e compromisso n.º 20/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção do terminal rodoviário da sede do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 125/82, (Mensagem n.º 149/82, ex-Proposição n.º 129/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Primeiros Termos Aditivos n.ºs 52/82 e 53/82, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios citados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — **PROSAFRAS.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 126/82, (Mensagem n.º 150/82, ex-Proposição n.º 130/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Es-

tado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Francisco Beltrão, figurando como interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando a harmonização das diretrizes de serviços de trânsito com estudos de planejamento urbano no referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 127/82, (Mensagem n.º 151/82, ex-Proposição n.º 131/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de cooperação e compromisso n.º 42/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Rolândia, objetivando a construção de terminal rodoviário no Distrito de São Martinho, do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 128/82, (Mensagem n.º 152/82, ex-Proposição n.º 132/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— **PRONOROESTE.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 129/82, (Mensagem n.º 153/82, ex-Proposição n.º 133/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos n.ºs 48/82, 49/82 e 50/82, aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras— **PROSAFRAS.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 130/82, (Mensagem n.º 154/82, ex-Proposição n.º 134/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios de Cerro Azul e Adrianópolis, objetivando a execução de obras públicas naqueles municípios.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 131/82, (Mensagem n.º 155/82, ex-Proposição n.º 135/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo de re-Ratificação do convênio n.º 066/81, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão que cita, e o Município de Mallet, objetivando a construção de uma ponte sobre o rio Braço do Potinga, no referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 132/82, (Mensagem n.º 157/82, ex-Proposição n.º 136/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo de Cooperação e Compromisso n.º 92/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Cascavel, objetivando a construção do terminal rodoviário da sede do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/82, (Mensagem n.º 158/82, ex-Proposição n.º 137/82), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do

Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras— PROSAFRAS.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando dispensa de votação da Redação Final para os projetos de resolução, que tratam de convênios, e aprovados em 3a. discussão na Sessão de hoje, sem Emendas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado, Nelson Friedrich e Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Governo do Estado, INCRA, ITC, Banco do Brasil e Governo Federal, encarecendo medidas urgentes que possam minimizar a situação calamitosa em que se encontram os colonos de Arapoti transferidos da área de Itaipu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando a convocação do Sr. Secretário das Finanças do Estado, para prestar esclarecimentos sobre a Mensagem Governamental n.º 192/82, Projeto de Lei n.º 152/82, que trata do reajuste de vencimentos dos servidores civis e militares do Estado.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência, em virtude da data de amanhã ser véspera de Natal, e muitos dos parlamentares já terem viajado para o interior passar as festas com seus familiares e requeiro a Vossa Excelência que a sessão que seria marcada para amanhã às 10:00 horas da manhã, seja transferida para segunda-feira, na hora regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Em votação o requerimento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para dia 27, segunda-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 134 e 163/82.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 142, 150, 151, 153, 154 e 152/82.

Levanta-se a sessão.